

Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e  
Paula Godinho (org.)

**Espaços, redes e sociabilidades**  
**Cultura e política no movimento**  
**associativo contemporâneo**



Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e  
Paula Godinho (org.)

Espaços, redes e sociabilidades  
Cultura e política no movimento  
associativo contemporâneo

2016  
Instituto de História Contemporânea

## **Ficha Técnica**

**Título:** Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo

**Coordenação:** Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara, Paula Godinho

**Capa e paginação:** Maria Alice Samara

**Edição:** IHC-FCSH/NOVA

**ISBN:** 978-972-96844-7-0

© 2016, Instituto de História Contemporânea.

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade - COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a tecnologia no âmbito do projecto UID / HIS / 04209 /2013



**FCSH** FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

## **Associativismo operário na sociedade liberal (1850-1860)**

João Lázaro

**A**s datas redondas convencionais podem ser encaradas como artificiais ou arbitrárias, tal não é o caso da história do movimento operário português. O período balizado entre 1850-1860 representa uma década indispensável para perceber a história do movimento operário português. É um recorte cronológico pouco, ou nada, abordado pelos historiadores, esquecendo-se que é neste que emerge uma importante geração de intelectuais partidários do socialismo que focam a “questão social” – expressão usada na época para retratar os problemas referente às classes populares e trabalhadoras – e que são responsáveis pelo nascimento de dois importantes marcos na história do movimento operário: o jornal *Eco dos Operários* (1850) e o *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, uma associação central no movimento operário edificada em 1852. Por outro lado, é uma década caracterizada por profundas e conhecidas alterações em vários níveis, com destaque para as transformações políticas e económicas com a entrada em cena da denominada “Regeneração”. Ou seja, ao contrário de outros países como Inglaterra, França e o que é hoje a Alemanha, que anteriormente já tinham realizado a sua revolução industrial, em Portugal a pequena oficina ainda é dominante, mas o panorama do mundo do trabalho nesta década está em plena transformação. Ao passo que na reta final deste período ocorrem graves crises de subsistências e uma epidemia de febre amarela na cidade de Lisboa. Fatalidades que, naturalmente, não são menosprezadas pelos socialistas como pelo poder político liberal.

Ao contrário do que se poderia pensar, nesta década o movimento operário, embora seja um ator histórico novo, é um importante interveniente na sociedade, estando intimamente envolvido com o poder político de então, ou seja, com o liberalismo, nomeadamente com a entrada em cena do projeto regenerador. É já

consabido que um pouco por toda a Europa o liberalismo procurou substituir os regimes monárquicos absolutistas através de uma ordem constitucional popularizando o livre mercado e o individualismo, todavia, não esqueceu a liberdade de expressão e de associação. Paralelamente ao avanço dos regimes liberais, o multifacetado universo socialista também não deixava de encarar o associativismo como um instrumento favorável as aspirações dos trabalhadores, o próprio Manifesto Comunista de 1848 destacava o papel da associação: “o progresso da indústria, de que a burguesa é o veículo inconsciente e sem vontade própria, substitui pouco a pouco o isolamento dos operários, resultante da sua concorrência, pela sua união revolucionária através da associação” (Marx e Engels, 1974:41). Em Portugal o associativismo foi logo enquadrado no Código Penal de 1852, ou seja, imediatamente após a consolidação do regime liberal e “em apenas seis anos, entre 1852 e 1858, são aprovadas mais de meia centena de estatutos de associações” (Pereira, 2010:23).

Como era então encarado o associativismo pelos dirigentes socialistas? A prática associativa operária é olhada como a grande assembleia que defende os interesses das camadas trabalhadoras, o grande organizador da vida social que agrupava um número de indivíduos com um fim proposto e aceite entre todos eles. A convicção depositada no associativismo é de tal forma, que esse é apontado como um meio para resolver várias problemáticas sociais, caso da mendicidade e até a prostituição. Na visão do vice-presidente do *Centro Promotor*, Vieira da Silva Júnior, a “associação é o pensamento do século” (*Revista Universal Lisbonense*, 1851 N.º 22:262), ao passo que na expressão de Sousa Brandão (redator dos estatutos do Centro Promotor) “a associação é o princípio de todo o progresso” (*Eco dos Operários*, 1850 N.º 3:7), estando pensada na “emancipação da classe operária, para que ela se livre do jugo dos opressores” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 28 :220). O trabalhador associado “tem na doença socorros, na morte sepultura. Na vida, prazeres, instrução para ele e para seus filhos” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 2:1). Não deixa de ser interessante que esta geração de socialistas compreendiam o associativismo no quadro da sociedade liberal como um espaço de recusa ao individualismo, pois era seu interesse “fundir o interesse individual de cada operário no interesse coletivo da indústria” (*Eco dos Operários*, 1850 N.º 5:3).

Assim, não é de estranhar que o associativismo acaba por representar um espaço privilegiado no contato e socialização do mundo operário. É no interior das

associações que são abordadas várias questões políticas, sociais e económicas. É demonstrativo a participação e o debate, com alguma polémica, que decorreu no interior do associativismo operário em torno de uma eventual candidatura encabeçada por um operário à câmara baixa do parlamento. Uma ideia que acabará por ser chumbada, pois o movimento operário acabará por apoiar as listas do *Partido Progressista*.

Por outro lado, o ideal associativo pretendia fornecer aos seus associados um claro acesso à instrução. E embora um deputado, em 1854, fosse da opinião que em Portugal “a intervenção do governo é indispensável no toca[va] o desenvolvimento da instrução primária [pois,] não existe espírito de associação” (Câmara dos Senhores Deputados, 11-04-1854: 136), o *Centro Promotor* não deixava de desenvolver um multifacetado leque de cursos noturnos: economia, geometria aplicada às artes, história e noções de mecânica. Aulas que além de serem tuteladas por eminentes personalidades desse tempo – Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Joaquim Tomás Lobo de Ávila, José Maria do Casal Ribeiro, José Maria Grande e José Estevão – contavam com o apoio de uma biblioteca no interior da associação.

O associativismo também funcionava como um espaço de transformação dos próprios costumes e socialização do mundo operário, isto é, tentava modificar o quotidiano dos seus associados. De facto, as associações alertavam os trabalhadores mal vestidos, mal penteados, desleixados, camisa suja, torcidos e descompostos que desse modo não obtinham a consideração da sociedade. Ao passo que tentavam experimentar novas formas alimentares, sobretudo, no sentido de diminuir o consumo do vinho. Neste prisma ocorreram experiências de associações alimentares que forneciam uma refeição de qualidade a um preço baixo. Na sede do *Centro Promotor* funcionou nesta década o refeitório da *Associação Alimentaria de Lisboa*, uma associação edificada à imagem do que era realizado noutros países, que pretendia substituir as tabernas e as casas de pasto, proibindo no seu interior conversas e comportamentos de teor ofensivo e obsceno. A questão do lazer e dos tempos livres era ainda reivindicado pelo associativismo operário. Portanto, não temos dúvidas que o associativismo era um espaço nuclear e central do movimento operário português.

Não obstante, é necessário salientar que este associativismo operário detinha dois traços experimentais e até inovadores para a época.

Em primeiro lugar, o associativismo é encarado como um espaço que podia dar igualdade à mulher. Henriques Nogueira parecia compreender a necessidade de garantir uma igualdade de género através da associação. Numa carta dirigida aos operários de Lisboa, este interveniente do socialismo português, defendia que o associativismo devia ser um vetor no sentido de alargar a influência da mulher nos costumes e práticas políticas do país. Inclusive, a associação devia garantir o “importante direito de votar” (Nogueira, 1853:106). O mesmo pensador não deixava de alertar que estes direitos não podiam ser negados mesmo na ordem política do país, um nítido discurso de igualdade de género no acesso ao voto e a participação no interior do associativismo como da própria política.

Noutro aspeto, é possível verificar o surgimento de uma vertente claramente internacionalista, nomeadamente no *Centro Promotor*. Temos a informação que o *Centro* ao ser confrontado por dois trabalhadores espanhóis desempregados, de imediato estabeleceu uma comissão no sentido de dar emprego aos operários desamparados. Esta atitude é defendida pelo Vice-presidente do *Centro Promotor* na medida de ser “digno do Centro Promotor [...] estender a mão protetora a todos os operários desvalidos, fosse qual fosse o seu país, porque o trabalho não tem nacionalidade” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 31:242). Portanto, “a ideia de que o trabalho não tem pátria – que doravante constituirá um dos mais marcantes axiomas dos movimentos operários – é já visível no *Centro Promotor*» (Lázaro, 2014:107).

De facto, o associativismo operário cresceu e marcou uma forte presença na sociedade portuguesa durante este período. Um desenvolvimento que não deixou de ser estimulado pelo próprio liberalismo português. No próprio espaço público encontramos ilustres liberais a defender a ideia de associação, uma atitude que não escapava ao movimento operário, pois através do órgão oficial do *Centro Promotor* era afirmado que “no parlamento a associação tem defensores” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 18:141). Ou seja, nesta década a prática do associativismo era ambicionada pelo movimento operário, sendo aceite e bem encarada por grande parte dos políticos liberais. Na lógica do deputado liberal António de Azevedo Melo e Carvalho o “princípio de associação [...] é a base do desenvolvimento e do progresso” (Câmara dos Senhores Deputados, 22-03-1853:192). Enquanto um outro deputado, Silvestre Ribeiro, alertava para o facto do “espírito de associação te[r] produzido tão

bons resultados noutros países” (Câmara dos Senhores Deputados, 28-05-1853: 284) e em Portugal ser ainda um espírito pouco desenvolvido.

O próprio associativismo operário tinha tamanha recepção no liberalismo português, que o expoente máximo do associativismo operário (*Centro Promotor*) deste período foi encabeçado por importantes dirigentes liberais. Na frente da presidência do *Centro Promotor*, até 1863, estava o histórico liberal António Rodrigues Sampaio, que mais tarde chega a ser ministro do Reino (1871). O cargo de tesoureiro tinha como responsável máximo um outro deputado liberal, José Maria do Casal Ribeiro<sup>1</sup>. E não deixa de ser curioso verificar que os estatutos do *Centro* são aprovados tardiamente, em 16 de junho de 1853. Embora as associações carecessem de aprovação legal para iniciar a sua atividade, o *Centro* encetou o seu funcionamento logo em 1852. De facto este associativismo não representava qualquer perigo para o regime, em grande medida, tinha a proteção e o consentimento liberalismo político, o próprio *Centro Promotor* era “uma organização operária patrocinada pela classe política monárquica” (Cerezales, 2011:49). Nesta década o movimento operário e suas associações são caracterizadas por uma postura profundamente ordeira, e de enorme reconhecimento dos governos, sobretudo os executivos da Regeneração:

“Senhores, pagamos uma dívida de gratidão dando louvores ao governo de Sua Majestade pela benevolência com que tem atendido às nossas diligências para a aprovação dos estatutos, e pela tolerância com que tem consentido as nossas numerosas reuniões [...] e até sem a usual participação à autoridade” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 1:4).

Uma atitude que é produto da conjuntura desta década, pois nos anos seguintes o movimento operário e socialista português sofre uma evolução radical, mais aguerrida e desconfiada face ao regime liberal, que passa então a ser encarado como o responsável por uma sociedade altamente policiada e repressora, estruturada na necessidade de conservar os privilégios dominantes e que apenas subsistia pelo recurso “à força brutal: organiza os exércitos e a polícia” (*O Pensamento Social*, 1872 N.º 10: 1).

---

<sup>1</sup> Antigo apoiante de uma república federativa na Península Ibérica e da chamada “esquerda liberal” que logo em 1851 adere ao projeto regenerador e acaba por ingressar no Partido Regenerador, chegando mais tarde a ministro e conselheiro de Estado.

Seja como for, o *Centro Promotor* está localizado na história do movimento operário português como um ponto central e organizador do associativismo e mundo operários. É verdadeiramente o “representante do mundo do trabalho, tanto pelas associações que se vão associar ou constituir nele, como também pelo próprio governo e deputados” (Lázaro, 2014:198-199). Nesta lógica é possível afirmar que o associativismo operário, sobretudo através do *Centro Promotor*, não menosprezava a comunicação junto dos poderes políticos e da Coroa. Esta postura legitimava a criação de uma comissão no *Centro* que tinha como objetivo de “advogar perante o Governo os interesses das Associações operárias” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 25:194).

Há de facto uma autêntica dinâmica harmoniosa entre os governos liberais regeneradores e o associativismo operário, desencadeado importantes iniciativas governamentais que contaram com a participação do movimento operário.

É o caso da iniciativa do governo de enviar cinco trabalhadores à Exposição Universal de Paris de 1855, uma iniciativa que pretendia uma absorção de conhecimento patente na exposição por parte dos trabalhadores portugueses e, em certa medida, inscrita na lógica de circulação e troca de conhecimento desse período.

No ano de 1855 ocorre a Exposição Universal de Paris, uma exposição que permitia uma circulação de conhecimento aos visitantes. Neste prisma o ministro das Obras Públicas (Fontes Pereira de Melo) estava decidido a enviar à feira “alguns artistas dos mais distintos em certos ofícios [...] a fim de examinarem os produtos que se encontrarem, não só na própria exposição, mas nas grandes oficinas, e nas grandes fábricas que abundam naquele país” (Câmara dos Senhores Deputados, 14-02-1855:133). Deste modo, é estabelecida uma parceria entre o governo liberal, através do diretor do *Instituto Industrial de Lisboa* (José Victorino Damásio) e o *Centro Promotor* para ser encontrado os trabalhadores que deviam visitar a exposição. Foi na sede do *Centro Promotor* que ocorreu a

“eleição por classe, de dois delegados e dois substitutos que devem formar a grande comissão que tem de resolver com o ill.º Sr. José Victorino Damásio [...] para se elegerem os cinco artistas que o governo de S.M. envia[va] a Paris” (*A Revolução de Setembro*, 1855 N.º 3917:3).

E, de facto, cinco trabalhadores associados do *Centro Promotor* acabaram por usufruir de uma estadia de sessenta dias em Paris em representação de vários estrados do tecido industrial português: Salustiano António Bento Novo (delegado pela tipografia), Carlos Augusto Pinto Ferreira (delegado pela carpintaria), Jacinto dos Santos Montedonio (delegado pela marcenaria), José Maria Chaves<sup>2</sup> (delegado pela serralharia) e João Luiz de Moraes Mantas (delegado pelos têxteis) que ficou mais tempo em Paris a observar a parte da Exposição referente aos tecidos.

No ano de 1857 a cidade de Lisboa era devastada por uma epidemia de febre amarela, que acabou por causar danos mortais nas fileiras do movimento operário lisboeta, pois vários associados acabaram por falecer devido ao flagelo. Perante os trágicos acontecimentos, o governo do Duque de Loulé foi forçado a nomear uma comissão que tinha a responsabilidade de facultar uma sopa económica às camadas populares. A comissão era constituída por ilustres nomes da sociedade, sendo parte integrante da mesma o *Centro Promotor*, representado pelo seu Presidente. O associativismo operário deu o seu contributo prático na tentativa de atenuar esta crise, auxiliando no funcionamento de uma cozinha económica sediada no bairro alto.

### **Considerações Finais**

O movimento operário português esteve intimamente envolvido com o movimento liberal político e, ao contrário da situação espanhola onde os trabalhadores desiludidos com a não legalização do direito de associação por parte de um governo mais progressista (1854-56) acabam por radicalizar a sua atitude, o mundo operário português não demonstra qualquer postura agressiva perante os governos e os próprios dirigentes. Há, de facto, uma aliança entre os distintos movimentos, o operário e o liberal, cimentado com o desenrolar do projeto regenerador que é totalmente perceptível na ação e na dinâmica associativismo operário. Ou seja, é possível falar de poderosas e íntimas ligações com o poder liberal. Em Portugal a década de 50 de oitocentos demonstra um movimento e associativismo operários

---

<sup>2</sup> Antigo redator do *Eco dos Operários* e o operário escolhido por Lopes de Mendonça na tentativa falhada de lançar uma candidatura Operária à Câmara baixa do parlamento. E, mais tarde em 1856, é eleito para a comissão provisória para a eleição da *Comissão Central Progressista Regeneradora*.

dominados pelo designado *socialismo utópico*, dirigidos por alguns operários, mas sobretudo não operários. Uma fórmula que consegue alcançar um enorme destaque na esfera pública, sendo possível afirmar que “a associação é, em termos práticos, a grande concretização destes teóricos do socialismo em Portugal” (Lázaro, 2015: 188). Embora seja uma década onde não é possível localizar um conceito de *classe* fortemente vincado, como o marxista, é possível verificar que este associativismo consegue obter uma importância na génese das práticas operárias, e é importante não menosprezar a sua capacidade em reforçar laços de solidariedade e uma crescente consciencialização política e social patente no mundo operário. Por exemplo, durante a grave epidemia de febre-amarela em Lisboa, a *Associação dos Artistas Almadenses* fez questão de doar um donativo as associações operárias afetadas na capital, afirmando que o fazia “pelos seus irmãos necessitados da capital” (*A Revolução de Setembro*, 1858 N.º 4713:1).

## Fontes e bibliografia

- A Revolução de Setembro*, 1850-1860. Disponível em: <http://purl.pt/14345>
- Eco dos Operários*, 1850-1851. Disponível em: <http://purl.pt/13464>
- Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 1853-1854. Disponível em: <http://purl.pt/17413>
- Revista Universal Lisbonense*, 1849-1853. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>
- Debates Parlamentares*, Imprensa Nacional, 1850-1860. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional)
- BASTIEN, Carlos, 1997, “Os primeiros leitores portugueses de Marx economista”, *Vértice*, II Série, n.º 79: 34-49.
- CEREZALES, Diego Palacios, 2011, *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, 2003, “Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX” in Benedicta Maria Duque Vieira (Org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE: 53-64.
- LÁZARO, João, 2012, “Habitação operária vista pelas Cortes Liberais. Contribuições para o rejuvenescimento do estudo operário em Portugal”, *Vértice*, n.º 164:23-34.
- LÁZARO, João, 2014, *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera pública. Das práticas ao debate parlamentar: 1850-1860*, Lisboa, Chiado Editora.
- NOGUEIRA, Henriques, 1852, “Associação Local”, *Almanaque Democrático para 1853*, Lisboa, Tipografia Social.
- NUNES, João Arsénio, 1996, “Comunismo” in F. Rosas e B. De Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Editora, vol I: 173-181.
- OLIVEIRA, César, 1973, *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halperm, 1993, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença.
- , 2010, “Centenário da República: Mutualismos, seguros sociais e a I república”, *Seara Nova*, n.º 1713: 23-26.
- SÁ, Victor de, 1974, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova.
- SARDICA, José Miguel, 2001, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Viseu, ICS.